

Demarcando fronteiras: Distritos eleitorais informais na Zona da Mata de Minas Gerais

Paulo Ricardo Diniz Filho*

Resumo

Considerando a amplitude estadual dos distritos eleitorais vigentes no Brasil para eleição de deputados estaduais, a possibilidade de desvinculação geográfica entre candidatos e eleitores é um dos fatores responsáveis pela desresponsabilização de parlamentares em relação a seus representados. O presente artigo explora o conceito de “distrito eleitoral informal”, tal como apontado por Ames (2003) para descrever a prática de candidatos ao legislativo de estabelecimento de subdivisões nos distritos eleitorais legalmente vigentes. É proposta metodologia própria para aplicação do conceito de “distrito eleitoral informal” na macrorregião da Zona da Mata mineira, a partir de dados das eleições para deputado estadual de 2006 e 2010. Também é estabelecido modelo de classificação dos “distritos eleitorais informais” encontrados na região, combinando o grau de dispersão de poder político vigente em seus municípios, e a origem geográfica de suas principais lideranças políticas.

Palavras-chave: representação, eleições, distritos eleitorais, Zona da Mata.

Demarcating boundaries: informal electoral Districts in the Zona da Mata of Minas Gerais

Abstract

The electoral districts in Brazilian elections for state legislature members are statewide, and this fact alone is highly responsible for the lack of commitment of most of the state legislature members concerning to their constituencies interests. The present work makes use of the “informal electoral district” concept, originally developed by Ames (2003) to describe how state legislature candidates establish unofficial division in regular electoral districts, and posits a new methodology to detect the real borders of such “informal electoral districts”. The Zona da Mata region of the state of Minas Gerais was chosen for the test, as well as the final results of the 2006 and 2010 state legislature elections. The present work also establishes a typology for the “informal electoral districts” detected on the region studied, combining the geographical origins of the best voted politicians and the degree of Power concentration found on the region’s municipalities.

Key-words: representation, elections, electoral districts, Zona da Mata.

INTRODUÇÃO

Em sua obra “Os entraves da democracia no Brasil”, Barry Ames (2003) dedica considerável atenção ao distanciamento existente entre a população e a classe política brasileira, sobretudo no que se relaciona aos membros eleitos para o Poder Legislativo. Corrupção e ineficácia do Poder Público são algumas conseqüências de tal fato, que mesmo não constituindo regra, possui diversas origens e causas.

No contexto do presente trabalho, interessa o fenômeno apontado por Ames (2003) como

“auto-representação”: devido ao fato de o Brasil adotar a representação proporcional em suas eleições para o Legislativo, combinada com o uso de listas abertas de candidatos, e distritos eleitorais de dimensões estaduais, os partidos políticos e as classes sociais têm seus espaços de poder bastante diminuídos, deixando amplo espaço de manobra aos candidatos individualizados. Sendo assim, há grande liberdade para que os políticos construam maiorias de eleitores que os apoiem, dentro do espaço diversificado dos estados; é possível, então, buscar apoio junto a chefes políticos locais capazes de arremessar blocos de votos em suas

* Bacharel em Relações Internacionais (PUC – Minas), Graduando em Direito (PUC – Minas) e Administração Pública (UFU), Especialista em Gestão de Políticas Sociais (PUC – Minas), Mestre em Ciências Sociais (PUC – Minas), Doutorando em Ciências Sociais (PUC – Minas). Professor Titular – Fundação Pedro Leopoldo (FPL); Professor Titular – Faculdade Pará de Minas (Fapam); Professor Titular – Centro Universitário Una. E-mail: paulo.ng.diniz@gmail.com

áreas, gratificando posteriormente tais atores das mais diversas formas (AMES, 2003). O candidato não se vincula, assim, aos interesses de seus votantes, mas sim aos daqueles que financiam sua campanha, realizada através da reunião de tais apoiadores locais remunerados.

Vão sendo definidas, assim, as regiões de atuação dos parlamentares, de acordo com a dinâmica da própria campanha política que os elegeu. Apesar de da amplitude dos distritos eleitorais brasileiros ser vasta, naturalmente seus atores políticos delinham seus próprios limites de atuação, configurando “distritos eleitorais informais” (AMES, 2003). Um ponto crucial desse processo, que o vincula intrinsecamente à auto-representação, é que *com o sistema de RP [representação proporcional] de lista aberta e distritos de grande magnitude, as comunidades perdem a posição privilegiada que ocupam num sistema de distritos de pequena magnitude, como nos Estados Unidos* (AMES, 2003, p.85).

A perspectiva adotada pelo presente trabalho é a de que o processo de definição dos distritos eleitorais informais é essencial para se compreender a dinâmica de alheamento do representado em relação a seus representantes, assim como da auto-representação decorrente de tal alheamento. Há diferenças significativas entre distritos eleitorais informais, pois não é só pela negociação com chefes políticos locais que esses são formados, assim como a própria ausência de determinação dos limites desses distritos também pode gerar conseqüências por si só. Por exemplo, a origem da liderança política que contribui para delimitar um distrito eleitoral informal é um fator significativo, e o fato dessa ser nativa ou não da área pode abrir perspectivas posteriores de pesquisa bastante interessantes, sobretudo no que diz respeito à identificação entre as comunidades locais e os representantes por elas eleitos.

O presente trabalho busca, assim, analisar a região da Zona da Mata, em Minas Gerais, com o intuito de identificar a ocorrência de distritos eleitorais informais, e a origem geográfica dos poderes que estabelecem os limites desses. Tal tarefa, logicamente, demanda a definição de metodologia própria. Perceber com clareza o ambiente político no qual nos inserimos, assim como as dinâmicas que o marcam, deve ser o

passo inicial para se entender de forma mais completa as origens dos fenômenos vividos hoje pelo povo mineiro.

A ZONA DA MATA MINEIRA

A Zona da Mata constitui-se como uma das regiões de maior tradição política de Minas Gerais e do Brasil, tendo sido berço de nove Governadores e dois Presidentes da República desde 1889. Composta de 142 municípios, com populações que variam de 1.681 a 516.247¹, oferece cenário privilegiado para pesquisa do tipo aqui proposto. A divisão da Zona da Mata em sete microrregiões (definidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, de acordo com o Quadro 1, que segue abaixo) constitui a base do presente trabalho, pois cada uma dessas está definida em torno de uma cidade-pólo de médio ou grande porte, que ocupa posição privilegiada para exercer influência – inclusive política – sobre suas respectivas áreas. De fato, percebemos que tal dominação microrregional não ocorre de forma uniforme na esfera política, a despeito das condições de igualdade proporcionadas pelo sistema de representação proporcional com listas abertas de candidatos vigente no Brasil.

Quadro 1: Zona da Mata mineira, suas microrregiões e composição

	Microrregião	Membros	Municípios componentes
1	Cataguases (pólo 69.757 hab. 2010)	14	Além Paraíba, Argirita, Cataguases, Dona Eusébia, Estrela-d'Alva, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Palma, Pirapetinga, Recreio, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro, Volta Grande
2	Juiz de Fora (pólo 516.247 hab. 2010)	33	Aracitaba, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guarará, Juiz de Fora, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Ibitipoca, Santa Rita do Jacutinga, Santana do Deserto, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Senador Cortes, Simão Pereira
3	Manhuaçu (pólo 79.574 hab. 2010)	18	Abre-Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Simonésia
4	Muriaé (pólo 100.519 hab. 2010)	20	Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Miradouro, Mirai, Muriaé, Orizânia, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos, Vieiras
5	Ponte Nova (pólo 57.390 hab. 2010)	20	Acaiaca, Barra Longa, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramma, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita, Urucânia, Vermelho Novo
6	Ubá (pólo 101.519 hab. 2010)	17	Astolfo Dutra, Divinésia, Dores do Turvo, Guarani, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá, Visconde do Rio Branco
7	Viçosa (pólo 72.220 hab. 2010)	20	Alto Rio Doce, Amparo da Serra, Araçonga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Cipotânea, Coimbra, Ervália, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira, Teixeiras, Viçosa

Fonte: Elaboração do autor a partir de ALEMG, 2011 e IBGE, 2011.

São analisados, no presente trabalho, os dados relativos às eleições de 2006 e 2010 para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, uma vez que é esse o pleito mais dinâmico a envolver o distrito eleitoral de âmbito estadual. É fato que os deputados estaduais são referência imediata para os prefeitos municipais, em suas demandas por recursos e atendimento do Governo Estadual, assim como para vocalização de seus pleitos junto ao Legislativo e Governo federais, dessa forma, a disputa por cadeiras da Assembléia Legislativa é a que se faz mediante contato mais direto entre candidatos e municípios (seja seus cidadãos ou suas lideranças políticas, eleitas ou não). É possível ver de perto, com o estudo das eleições para deputado estadual, a movimentação de forças políticas em áreas geográficas definidas, desde municípios de grande porte, até aglomerados de pequenas cidades².

O espaço de tempo abarcado – duas eleições, 2006 e 2010 – pode ser considerado significativo, uma vez que engloba metade do universo com o qual se pode trabalhar, de forma factível, quando se trata do conjunto de municípios de Minas Gerais. Considerando que a Lei Estadual 12.030, de 21 de dezembro de 1995, foi responsável pela criação de 97 novos municípios mineiros (13 desses na Zona da Mata), seria incongruente a comparação entre o comportamento eleitoral de uma mesma população nos momentos pré e pós independência política dos municípios nos quais essa habita; faltava nesses casos, antes de 1995, a figura do prefeito municipal, personalização da liderança política local institucionalizada, principal contato dos candidatos a deputado estadual com os eleitores de cada área. Dessa forma, apenas a partir das eleições nacionais de 1998 é que se pode trabalhar com o cenário real de delimitação de distritos eleitorais informais ainda hoje vigente. A inclusão desse pleito – assim como do de 2002 – no escopo da análise aqui realizada, se constitui como desenvolvimento natural dessa, uma vez que se confirme a validade da perspectiva analítica aqui proposta.

A PERSPECTIVA TERRITORIAL

Considerando que duas das principais categorias de intermediação política realizada pelos candidatos ao Legislativo no Brasil são

a representação por interesses específicos (classistas e religiosos, por exemplo) e os acordos com chefes políticos locais (AMES, 2003), em qualquer dessas a origem geográfica do candidato não desempenha papel significativo. Assim, as possibilidades contidas no sistema eleitoral brasileiro estão à disposição de todos aqueles que tenham acesso ao funcionamento de suas regras, práticas e valores, independentemente do local de onde venha cada candidato. Nesse sentido, municípios de pequeno ou médio porte podem se configurar como bases viáveis para projetos políticos de lideranças locais, desde que esses tenham objetivos limitados. O surgimento de lideranças políticas locais – seja representando interesses de segmentos específicos da população, ou aglutinando apoios a serem negociados junto a instâncias mais amplas de poder – ocorreria obedendo a uma proporção populacional em relação às grandes cidades.

O que ocorre, entretanto, é bastante diverso: são raros os casos de lideranças políticas de pequenos municípios fazendo uso das possibilidades do sistema eleitoral vigente, e mesmo entre cidades de grande e médio porte, a ocorrência de tal fenômeno é irregular. Assim, o surgimento e a atuação das lideranças políticas, na intensa disputa por vagas no Legislativo mineiro, não ocorre de maneira uniforme, variando bastante de acordo com a região estudada.

A determinação dos distritos eleitorais informais depende inteiramente da ação dessas lideranças políticas locais e regionais, disputando a preferência do eleitorado com atores de origem externa. A predominância nessa disputa, e a visibilidade que dela deriva, compõem o mecanismo principal de determinação das fronteiras de um distrito eleitoral informal. O principal foco do presente trabalho consiste na identificação das candidaturas a deputado estadual que mais representam a vontade do eleitor da Zona da Mata, para posteriormente localizar as origens e bases políticas desses e, assim, perceber a medida na qual forças locais logram estabelecer os limites de distritos eleitorais informais na região mineira em questão. Adicionalmente, é possível perceber a atuação de forças políticas externas sobre as microrregiões da Zona da Mata, e mesmo a não configuração de distritos eleitorais nítidos.

Como já dito, a origem das forças políticas que determinam um distrito eleitoral informal pode ser crucial não só para as características desse, mas também para a relação que se estabelece entre eleitores e os eleitos por tais distritos. O alheamento entre políticos e cidadãos, discutido por Ames (2003), pode ser extremamente reduzido a partir do momento em que os distritos eleitorais informais são capazes de gerar identidade geográfica entre os políticos e as comunidades que os elegeram. Apesar de não ser condição suficiente – já que os “currais eleitorais” já eram tradicionais em Minas durante a Primeira República (MARTINS FILHO, 2009) – tal origem geográfica comum pode ser fator essencial para gerar, nos distritos eleitorais de ampla magnitude brasileiros, a dinâmica de responsabilização dos parlamentares em relação a seus eleitores, típica dos sistemas eleitorais de distritos reduzidos (AMES, 2003).

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

1) Candidaturas representativas

Como forma de selecionar os candidatos que mais influenciam o cenário político da Zona da Mata, foi criado o conceito de “candidatura representativa” (CR), que busca abarcar tanto indícios de predominância de tal político sobre o cenário municipal, quanto as características típicas desse quadro político local. Sendo assim, é considerada como “candidatura representativa” (CR) toda aquela cujos votos participam da composição de uma maioria de 80% dos votos válidos municipais.

Trata-se, assim, de um conceito relativo, que inclui muitas candidaturas em cidades de panorama político fragmentado (nas quais os candidatos de maior votação não conseguiram obter percentuais expressivos da preferência popular), da mesma forma como engloba poucos candidatos em municípios nos quais se verifica a presença de poucos candidatos com significativas votações. Dessa maneira, o conceito de “candidatura representativa” retrata a composição da vontade popular em cada município, independentemente da forma como se organiza e compõe tal vontade.

Certamente, um mesmo candidato pode ser computado diversas vezes, à medida que representa a vontade de mais de um dos municípios analisados. Não há, entretanto, qualquer incongruência em tal fenômeno, pois o que se deseja mapear é a relação de cada município com o ambiente político como um todo, seja esse marcado por candidatos da própria cidade, ou de outras origens.

Também deve ser destacado que a utilização do conceito de “candidatura representativa” (CR) fornece informações adicionais à atual pesquisa, de extremo valor: a partir do número de CRs verificadas em cada município, pode-se saber o grau de fragmentação do contexto político desse. Assim, obtém-se uma aproximação bastante confiável a respeito da força das lideranças políticas municipais, já que é possível medir a capacidade que essas têm para reunir grandes blocos de eleitores em torno dos candidatos a deputado estadual de sua preferência. Muitos cenários podem ser formados a partir do cruzamento de informações relativas à origem geográfica das CRs de um município, e o grau de dispersão de poder verificado nesse: por exemplo, é possível perceber se muitas lideranças da microrregião disputam os votos em uma cidade – sustentando debate acerca de temas de interesse local – ou se poucos candidatos, com origem em cidades distantes da própria Zona da Mata, são capazes de obter – mediante negociações com os comandantes da política local – a maior parte dos votos desse município.

As possibilidades de análises de contextos locais que se abrem a partir do emprego de tal metodologia são inúmeras. Porém, para que se determine as fronteiras dos distritos eleitorais informais da Zona da Mata mineira, é preciso trabalhar sempre com agregados de municípios, e com as tendências que predominam nesses, coletivamente.

2) Categorias territoriais

A metodologia de “candidaturas representativas” (CRs), ao abordar as microrregiões como grupos compactos, é caracterizada por fazer uso de cinco categorias territoriais distintas: “município pesquisado”, “outros municípios que compõem a microrregião”,

“demais áreas da Zona da Mata”, “outras macrorregiões de Minas Gerais” e, por fim, “Belo Horizonte”. Dessa forma, cada município que se analisa tem suas CRs classificadas de acordo com uma dessas cinco categorias (sem que haja sobreposição de dados), de acordo com a origem geográfica do candidato em questão.

Torna-se possível saber, assim, o percentual de CRs que tem origem nas próprias cidades pesquisadas, o que aponta a força das lideranças políticas locais em relação àquelas de origens diversas. A referência imediata do eleitorado é, nessa situação hipotética, a de figuras políticas da própria cidade, o que torna o debate de temas locais predominante em uma eleição de âmbito estadual. Define-se, segundo essa dinâmica, um distrito eleitoral informal a partir do momento em que a maior parte das CRs tem origem na própria área pesquisada, pois esses candidatos foram capazes de estabelecer limites geográficos para a disputa eleitoral, dentro dos quais são eles os protagonistas.

No mesmo sentido, os limites de um distrito eleitoral informal podem abarcar a toda uma microrregião, e isso seria percebido no momento em ocorresse a predominância de CRs com origem nos “outros municípios que compõem a microrregião”. Dessa maneira, no conjunto dos municípios, prevaleceram candidatos das cidades da própria microrregião em que esses se encontram – sejam quais forem esses. Fica clara, nessa situação, a existência de uma dinâmica política que abarca a toda a microrregião, caracterizada por candidatos que baseiam suas campanhas nesse conjunto de municípios, e acabam por construir a predominância política sobre essa área como um todo.

A classificação dos distritos eleitorais informais – quando esses se configuram, no âmbito do presente trabalho – é feita a partir da origem predominante de suas “candidaturas representativas” (CRs): uma vez que a maioria dos candidatos representativos de uma microrregião tem origem nessa própria, há indícios fortes para se supor que o distrito eleitoral informal em questão tenha fronteiras coincidentes com as da própria microrregião. O mesmo poderia ser dito a respeito de uma microrregião que apresentasse a maior parte de suas CRs com origem na Zona da Mata como um todo, pois ficaria evidente

que lideranças políticas da macrorregião estão sendo capazes de dominar o cenário político da microrregião em questão, integrando-a em um distrito eleitoral informal de maiores dimensões.

É importante destacar, por fim, que a categoria de origem de CRs não é o único fator a ser considerado na delimitação de um distrito eleitoral informal. A forma como se distribuem as demais CRs é um elemento importante, sendo que até mesmo as categorias minoritárias – no contexto de uma análise relativa – podem desempenhar papel de destaque na qualificação dos dados obtidos em um primeiro momento. Considerando os dados finais do presente trabalho, pode ser dito já que, em nenhuma das sete microrregiões pesquisada, houve alteração na categoria territorial predominante entre as eleições de 2006 e 2010. Dessa forma, apesar de flutuações nos percentuais de áreas de origem das CRs terem sido comuns, nenhuma microrregião teve sua classificação geral como distrito eleitoral informal alterada.

3) Localização dos candidatos

O processo de determinação da origem geográfica dos candidatos pesquisados priorizou a carreira política desses, de maneira que disputas aos cargos de vereador e prefeito municipal – antes ou depois das eleições de 2006 e 2010 – foram cruciais para se estabelecer a vinculação de um político a um local específico. Adicionalmente – e quando disponíveis – foram utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2011) que apontavam o município de registro eleitoral do candidato. Quando não disponíveis dados desses tipos, foram realizadas pesquisas biográficas dos candidatos na Internet e, em última instância, adotou-se o município no qual o candidato obteve a maior parcela de seus votos como indicador de sua origem geográfica (expediente utilizado em poucas situações).

4) Concentração de poder político

A utilização do conceito de “candidaturas representativas” (CRs) como forma de se determinar os candidatos a deputado estadual de maior destaque em cada município, produz informação bastante interessante a respeito

da estrutura de poder vigente em cada cidade da Zona da Mata mineira. A partir do número de CRs identificadas, é possível perceber a intensidade das forças políticas responsáveis por aglutinar apoios em torno de candidatos a deputado estadual, que atuam no âmbito de cada município.

Não foram definidos padrões de referência, que permitissem a classificação dos municípios em graus sucessivos de “fragmentação” de seus contextos políticos internos. Porém, a consideração relativa do conjunto de microrregiões estudadas no presente trabalho – cada uma contendo várias cidades – permite que sejam feitas comparações, capazes de enriquecer o quadro a traçado a partir da consideração das origens geográficas das CRs. O Quadro 2, abaixo, expõe o panorama geral em questão.

Quadro 2: Candidaturas Representativas (CRs) por município: total bruto e média

	Microrregião	Municípios	CRs	Média CR/ Município
1	Cataguases	14		
	2006		141	10,07
	2010		127	9,07
2	Juiz de Fora	33		
	2006		392	11,87
	2010		506	15,33
3	Ponte Nova	20		
	2006		520	26,00
	2010		265	13,25
4	Manhuaçu	18		
	2006		351	19,5
	2010		474	26,33
5	Viçosa	20		
	2006		612	30,6
	2010		400	20
6	Ubá	17		
	2006		315	18,52
	2010		225	13,23
7	Muriaé	20		
	2006		212	10,6
	2010		133	6,65

Fonte: Elaboração do autor.

O primeiro elemento a ser destacado é dinâmico: em todas as microrregiões – exceto Juiz de Fora e Manhuaçu – houve diminuição do número bruto de CRs quando se compara

às eleições de 2006 e 2010, o que configura concentração de poder na maioria dos municípios da Zona da Mata. Assim, um número menor de candidatos a deputado estadual foi capaz de reunir o mesmo percentual de votos nas cidades pesquisadas (80% do total de votos válidos), dominando a preferência do eleitorado da macrorregião.

É importante atentar para as diferenças que marcam as duas microrregiões que sofreram fragmentação de poder no período considerado: enquanto Juiz de Fora apresentava média de 11,87 CRs por município em 2006, ocupando a terceira posição entre as microrregiões, Manhuaçu partia de uma base significativamente maior, com 19,5 CRs por município no mesmo ano, ocupando a quinta posição no ranking em questão. O aumento de 35,04% no número total de CRs levou Manhuaçu à sétima posição em 2010 (26,33 por município), com o maior índice dentre todas as microrregiões, enquanto Juiz de Fora experimentou aumento de 29,08%, sendo superada pelas microrregiões de Ubá e de Ponte Nova. Quantitativamente, assim, Manhuaçu parte de um quadro de maior fragmentação na política de seus municípios, e o acentua ainda mais, enquanto Juiz de Fora tem aumento inferior, partindo de uma média não tão alta de CRs por município. É importante destacar que, em municípios de grande porte, devido às próprias dimensões do eleitorado local, é naturalmente necessário um número maior de candidatos para compor 80% da preferência local; dessa forma, a cidade de Juiz de Fora desempenha papel crucial para que sua microrregião apresente uma média maior de CRs por município.

A análise qualitativa do cenário apontado acima, entretanto, aponta panoramas ainda mais distintos para as microrregiões de Juiz de Fora e de Manhuaçu: enquanto na primeira predominam as CRs com origem na própria microrregião (Quadro 3, a seguir), na segunda há clara vantagem para as CRs oriundas de outras macrorregiões de Minas Gerais. Isso mostra dinâmicas totalmente opostas em ação: enquanto a microrregião de Juiz de Fora experimenta um aumento no número de candidatos nativos da microrregião participando do debate político – o que fortalece a coesão do distrito eleitoral informal, enriquecendo a discussão da temática

local e facilitando a aproximação entre eleitos e eleitores – a microrregião de Manhuaçu experimenta o aumento na diversidade de candidatos de origem externa, a presença de discursos variados e de fraco apelo junto aos cidadãos e, assim, o clássico alheamento entre representantes e representados (AMES, 2003).

Quanto à concentração de poder ocorrida nas demais cinco microrregiões, deve ser destacado o índice de 49,03% de redução no número de CRs verificado na microrregião de Ponte Nova, o que fez com que essa passasse a deter a quarta menor média de “candidaturas representativas” (CRs) por município. Também merece menção a microrregião de Ubá, que já detinha o maior índice de concentração de poder em 2006, e consolidou tal posição ao reduzir em 37,26% o número de CRs verificada em sua área em 2010.

A correlação entre concentração de poder nos municípios – baixas médias de CRs por município – e a origem geográfica da maioria das “candidaturas representativas” pode ter resultados diametralmente opostos. Fica evidenciado, a partir de tais dados, o tipo de força política ao redor da qual se congrega a vontade da população de uma microrregião, algo crucial para a ocorrência – ou não – do fenômeno do alheamento entre eleitores e eleitos (AMES, 2003). A seção a seguir se dedica a detalhar os resultados obtidos a partir da determinação da origem geográfica das CRs ocorridas na Zona da Mata.

A DELIMITAÇÃO DOS DISTRITOS ELEITORAIS INFORMAIS

A identificação das “candidaturas representativas” (CRs) verificadas nas sete microrregiões da Zona da Mata mineira durante as eleições de 2010 nos fornece, no âmbito do presente trabalho, duas respostas principais: os limites dos distritos eleitorais informais existentes na macrorregião estudada, e a origem geográfica do poder responsável pela delimitação de tais distritos. Foi possível estabelecer, assim, três categorias relativamente homogêneas, nas quais foram classificadas as sete microrregiões em questão: “distritos eleitorais regionais”, “distritos eleitorais locais”, e “zonas de poder disperso”.

1) Distritos eleitorais regionais

Os “distritos eleitorais regionais” são aqueles que abarcam, de forma significativa, uma microrregião como um todo; as lideranças políticas baseadas nessas áreas assumem – com sucesso – o papel de representantes dos interesses de toda a microrregião, atraindo para si a maior parte dos votos dessa. Percebe-se, assim, que a maior parte das CRs dessas microrregiões tem origem na própria microrregião dos municípios pesquisados, como pode ser visto no Quadro 3, logo abaixo. Dessa forma, a competição eleitoral – seja ela motivada por quaisquer fatores – ocorrerá principalmente entre atores oriundos de um mesmo pólo geográfico de poder.

Quadro 3: Áreas de origem das “candidaturas representativas” (CRs) verificadas nas microrregiões da Zona da Mata mineira

	Microrregião	Município pesquisado	Outros municípios da microrregião	Demais áreas da Zona da Mata	Outras macrorregiões de Minas Gerais	Belo Horizonte
1	Cataguases					
	2006	6,38%	14,19%	43,97%	19,15%	16,31%
	2010	10,24%	17,32%	37,01%	11,02%	24,41%
2	Juiz de Fora					
	2006	7,65%	44,90%	9,70%	27,55%	10,20%
	2010	4,94%	35,57%	12,45%	23,72%	23,32%
3	Ponte Nova					
	2006	0,58%	2,50%	10,96%	51,92%	34,04%
	2010	0,84%	1,90%	9,28%	50,0%	37,98%
4	Manhuaçu					
	2006	1,43%	9,97%	18,23%	41,88%	28,49%
	2010	1,89%	9,43%	23,40%	44,90%	20,38%
5	Muriaé					
	2006	4,24%	37,74%	10,85%	25,94%	21,23%
	2010	5,26%	43,61%	10,53%	17,29%	23,31%
6	Ubá					
	2006	1,27%	4,76%	36,83%	35,87%	21,27%
	2010	2,67%	17,33%	29,78%	23,55%	26,67%
7	Viçosa					
	2006	0,33%	1,47%	17,32%	50,98%	29,90%
	2010	1,25%	5,25%	16,25%	47,25%	30,0%

Fonte: Elaboração do autor.

Os dois exemplos nítidos de “distritos eleitorais regionais” são as microrregiões de Juiz de Fora e Muriaé, ambas tendo a maioria de suas “candidaturas representativas” (CRs) se originado em “Outros municípios da microrregião”. Os municípios de Juiz de Fora e de Muriaé, nesse contexto, desempenham papel predominante nessa dinâmica, porém não a esgotam, tanto no sentido numérico quanto no sentido conceitual: cidades como Santos Dumont e Carangola, respectivamente, têm importância significativa em cada uma dessas microrregiões, projetando atores políticos que disputam decisivamente assentos na Assembléia Legislativa e, com isso, contribuem para estabelecer de forma mais precisa os limites geográficos desses distritos eleitorais informais. O mais importante a ser destacado, entretanto, é o fato de que os eleitores dessas microrregiões têm como referência imediata atores políticos originários de seu entorno geográfico imediato; trata-se, assim, de microrregiões que produzem suas próprias lideranças políticas, com o objetivo de atender à demanda por representação típica de tais áreas.

É indiferente, assim, ao presente trabalho a origem municipal específica das lideranças políticas de uma microrregião – se das maiores cidades, como Juiz de Fora ou Muriaé, ou se de outras também importantes, como Santos Dumont ou Carangola – uma vez que o objetivo é o de se delimitar as fronteiras dos distritos eleitorais informais existentes na Zona da Mata mineira. É importante destacar, dessa maneira, que os distritos eleitorais informais não são definidos apenas pelos pólos microrregionais, mas sim por dinâmicas políticas próprias de cada microrregião, que marcam cidades de todos os portes. Identificar padrões de disputa internos a tais distritos eleitorais informais, por mais que se relacione com o objeto ora estudado, não compõe o interesse direto da presente pesquisa.

2) Distritos eleitorais locais

Os “distritos eleitorais locais” são aqueles nos quais a dinâmica política própria não é capaz de abarcar a toda a microrregião, ficando restrita ao entorno imediato de suas principais cidades. A maior parte da microrregião, assim,

fica sob influência de atores políticos externos à microrregião, que são capazes de estabelecer os limites claros do distrito eleitoral, dentro dos quais predominam. Temos, assim, um contexto misto, composto de: distritos eleitorais coesos, porém de dimensões bastante reduzidas, delimitados apenas no entorno imediato das cidades mais importantes politicamente; e a área restante da microrregião, definida com limites precisos, porém vinculada às demais microrregiões da Zona da Mata.

Trata-se, assim, de distritos eleitorais informais cuja referência política imediata ainda se encontra em disputa, na qual se envolvem tanto lideranças de importantes cidades locais quanto de outras microrregiões da Zona da Mata. É importante destacar, assim, a integração de tais “distritos eleitorais locais” no contexto político da Zona da Mata como um todo: mesmo não se configurando como distritos eleitorais informais homogêneos, a possibilidade em aberto é mesmo a da integração aos “distritos eleitorais regionais” já claramente delimitados (Juiz de Fora e Muriaé). Os exemplos mais claros de “distritos eleitorais locais” são as microrregiões de Cataguases e de Ubá.

A referência da população aos líderes políticos locais é bastante clara na microrregião de Cataguases, pois em 2010, 10,24% das “candidaturas representativas” (CRs) da microrregião tiveram origem no próprio “município pesquisado”, percentual que acentua tendência já existente em 2006. É significativa, assim, a dinâmica local que marca as eleições – de âmbito estadual – para a Assembléia Legislativa em cidades como Cataguases, Leopoldina e Além Paraíba, todas pertencentes à microrregião de Cataguases. Configuram-se assim, esferas políticas de dimensões bastante reduzidas, cada uma abarcando pouco mais do que seu município principal.

Aparte de tais contextos municipais, a força predominante na microrregião de Cataguases tem sua origem nas demais áreas da Zona da Mata, sobretudo nos “distritos eleitorais regionais” já citados (Juiz de Fora e Muriaé). Dessa forma, as lideranças locais não logram conquistar a preferência dos eleitores de toda a microrregião em que encontram, falhando em delimitar assim um distrito eleitoral informal que abarque toda

a microrregião de Cataguases. Tal configuração fica evidente quando se considera que a principal origem de CRs, tanto na microrregião de Cataguases quanto na de Ubá, são as “demais áreas da Zona da Mata”.

Há substantivo crescimento do percentual de CRs, na comparação entre os pleitos de 2006 e de 2010, com origem nos “outros municípios que compõem a microrregião”, tanto na microrregião de Cataguases quanto na de Ubá. Pode-se tratar de sinais de uma transição em curso, em direção à consolidação de “distritos eleitorais regionais”, porém o intervalo de pesquisa adotado é demasiado limitado para se confirmar tal movimento. Há, de toda forma, nas microrregiões de Cataguases e de Ubá, constelações de lideranças políticas de influência local, pontuando um cenário político dominado por lideranças políticas das demais áreas da Zona da Mata.

Um aspecto a ser destacado na consideração dos “distritos eleitorais regionais” (microrregiões de Juiz de Fora e de Muriaé) e dos “distritos eleitorais locais” (microrregiões de Caraguases e Ubá) é a proximidade geográfica existente entre todos eles. Certamente, tal fator contribui para que sejam exercidas as múltiplas influências percebidas ao longo do atual estudo, porém é importante não perder de vista que o ponto principal da dinâmica agora estudada é a capacidade que cada região tem para dar origem a lideranças políticas autônomas, capazes de se destacar no debate político realizado em áreas geográficas específicas. Em cada uma dessas, são realizadas as disputas políticas dos mais diversos matizes, porém envolvendo primordialmente as referidas lideranças políticas nativas. É exatamente tal capacidade de gerar lideranças políticas que dominem o cenário regional – ou local – que distingue os distritos eleitorais informais vistos acima das “zonas de poder disperso”, que serão vistas a seguir.

3) Zonas de poder disperso

Podem ser classificadas como “zonas de poder disperso” as microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu e Viçosa. Em todas elas, a maior parcela das CRs tem origem em cidades não pertencentes à Zona da Mata, sendo também

expressivo o grupo de CRs originárias da Capital; a soma dessas duas categorias chega a representar 87,98% do total de “candidaturas representativas” (CRs) verificadas na microrregião de Ponte Nova. Mais do que a influência externa à Zona da Mata, também é patente a debilidade do cenário político municipal nessas três microrregiões, uma vez que apresentam os três menores percentuais de CRs originárias de seus próprios municípios (sempre menores do que 2,00% do total).

Tais “zonas de poder disperso” são marcadas, assim, pela ausência de lideranças políticas próprias, capazes de estabelecer limites precisos de atuação. Isso configura tais microrregiões como áreas em disputa, nas quais competem pelo voto popular elementos políticos de origens distintas, inclusive das demais microrregiões da Zona da Mata. Atores políticos baseados na área do Vale do Aço (macrorregião do Rio Doce) e nos municípios do entorno metropolitano de Belo Horizonte (macrorregião Central) são os principais responsáveis por compor os percentuais de CRs com origem em “outras macrorregiões de Minas Gerais”, majoritários nas microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu e Viçosa. As áreas de origem de CRs acima citadas são destacadamente industriais e metropolitanas, o que necessariamente torna o discurso de seus candidatos muito distante da realidade dos eleitores das “zonas de poder disperso” de Ponte Nova, Manhuaçu Viçosa, moradores que são de pequenos municípios de base agropecuária. Tais representantes eleitos, assim, estão logicamente mais próximos de representar os interesses de seus parceiros na política local (responsáveis pela arrematamento de votos), do que de fornecer respostas aos dilemas vividos pelos eleitores da Zona da Mata; essa dinâmica configura, assim, o fenômeno do alheamento entre políticos e cidadãos apontado por Barry Ames (2003).

É importante destacar, na definição das “zonas de poder disperso”, os altos índices de fragmentação de poder – altas médias de CRs por município – identificados: em 2006, as microrregiões de Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa apresentavam, respectivamente, as três maiores médias; em 2010, cabiam a Manhuaçu e Viçosa as duas maiores, respectivamente, cabendo a Ponte Nova a quarta posição entre as microrregiões com os maiores números de

“candidaturas representativas” por município. O grande número de candidatos obtendo aprovação popular significa que, isoladamente, nenhum deles foi capaz de estabelecer poder digno de nota, não se configurando assim ator – ou grupo restrito de atores – capaz de definir os limites de um distrito eleitoral informal. Antes de tudo, é necessária força política – por parte de um município, de uma elite regional ou de uma dinâmica microrregional – para que se possa estabelecer as fronteiras de um distrito eleitoral informal. A diversidade de origens dos candidatos representativos dessas “zonas de poder disperso” também indica a impossibilidade de uma ação concertada – externa à Zona da Mata – que buscasse incluir as três microrregiões em questão no escopo de um distrito eleitoral informal de maiores dimensões.

CONCLUSÕES

A coincidência entre os distritos eleitorais informais regionais/locais e os mais baixos índices de CRs por município é bastante significativa. Ela retrata o fato de que lideranças políticas fortes o suficiente para dominar o cenário político dos municípios de uma microrregião, têm também a capacidade de demarcar as fronteiras de distritos eleitorais informais nessas mesmas microrregiões em que atuam. A baixa média de CRs por município na microrregião de Cataguases, por exemplo, somada ao crescente percentual de CRs com origem no “município pesquisado”, são sinais claros da força que as elites políticas microrregionais possuem, principalmente concentrada no âmbito dos municípios dessa microrregião.

Considerando as eleições de 2006, a identidade entre baixo número de “candidaturas representativas” (CRs) por município e a ocorrência de distritos eleitorais regionais e locais é perfeita; porém, em 2010 há uma redução drástica da média de CRs por município na microrregião de Ponte Nova, exatamente aquela que apresenta os mais altos índices de influência externa à Zona da Mata em ambos os pleitos considerados. A quarta posição da microrregião de Ponte Nova no ranking das menores médias de CRs por município reflete, assim, a ocorrência do modelo de Barry Ames (2003) por parte

dos chefes políticos municipais: organizou-se, assim, a negociação de blocos de votos com candidatos de outras regiões mineiras, algo que encerra grande potencial de alheamento entre os eleitos e aqueles cujos interesses deveriam ser representados.

É fato que tal alheamento entre representantes e representados – assim como a “negociação de votos em bloco” que a origina (AMES, 2003) – não é uma hipótese que poderia ser totalmente afastada caso se tratassem de candidatos originários da própria microrregião de Ponte Nova. Porém, a proximidade geográfica entre as partes contribui muito para evitar que tal fenômeno ocorra. Afinal, a identidade geográfica entre eleitos e eleitores é um dos elementos mais importantes dos distritos eleitorais tradicionais, como os de modelo britânico (CINTRA, 2006).

As microrregiões de Juiz de Fora e Muriaé, Cataguases e Ubá devem ser vistas, dessa forma, como nítidos distritos eleitorais informais, assim definidos pela dinâmica política de cada um deles (AMES, 2003). Por sua vez, as microrregiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu não podem ser qualificadas distritos eleitorais informais, mas sim como áreas amorfas de disputa de poder, das quais participam elementos de várias origens, cada um obtendo resultados eleitorais – via de regra – pouco significativos. A dispersão de poder nas cidades dessas microrregiões é fator primordial para delinear tal quadro, devendo ser destacada a tendência – surgida entre 2006 e 2010 – de que a microrregião de Ponte Nova tenda a se configurar como distrito eleitoral informal, porém vinculado a lideranças políticas externas ao seu próprio contexto microrregional, assim como da própria Zona da Mata como um todo.

Ao delimitar os limites geográficos dos distritos eleitorais informais existentes na Zona da mata mineira, assim como ao estabelecer tipologia básica para a classificação desses, o presente trabalho se constitui como etapa inicial de um processo mais amplo. A compreensão das dinâmicas políticas e eleitorais que marcam Minas Gerais é o desafio último de tal processo, que busca contribuir para o desenvolvimento da democracia em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALEMGO. *Relação de microrregiões do estado de Minas Gerais*. (online) Assembléia Legislativa de Minas Gerais. (2011). <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=mregiao&arquivo=macrorregioes¯o=2> Acesso em 05/07/2011.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BRASIL. *Política nacional de assistência social: PNAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema eleitoral*. In: ANASTASIA, Fátima e AVRITZER, Leonardo (organizadores). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IBGE. *IBGE Cidades* (online). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 27/07/2011.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O Segredo de Minas: A origem do estilo mineiro de se fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.

TSE. *Resultados de eleições anteriores*. (online). Tribunal Superior Eleitoral (2011). http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_antteriores.htm. Acesso em 20/06/2011.

Notas

1 Respectivamente, municípios de Antônio Prado de Minas e Juiz de Fora, de acordo com dados do Censo de 2010 (IBGE, 2011).

2 Será adotada, no presente trabalho, a classificação de porte populacional de municípios adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004), que estabelece: pequenos municípios como aqueles com população de até 20.000 habitantes, municípios médios como aqueles com população de 20.000 a 100.000 habitantes, e grandes municípios como aqueles com mais de 100.000 habitantes.

